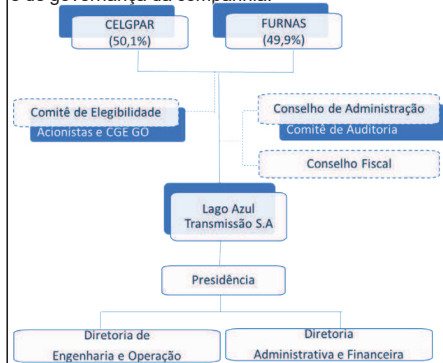


LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.
CNPJ: 19.698.987/0001-98 - CAPITAL FECHADO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

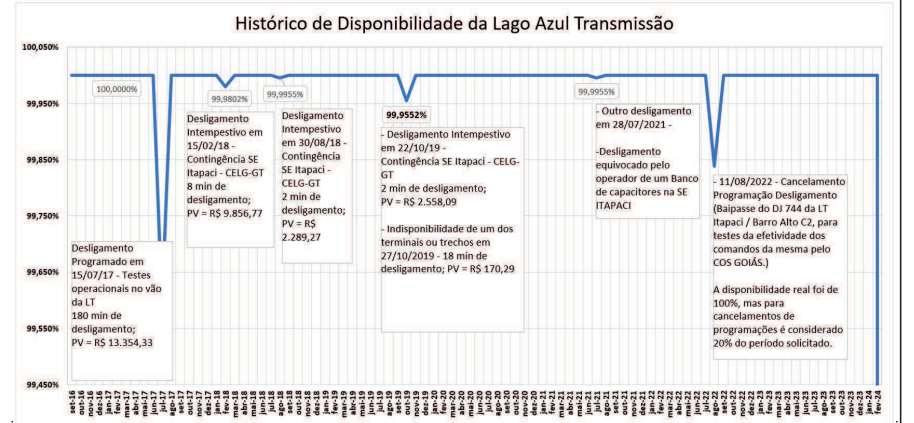
Em 2023 observou-se na LAZ a consolidação dos efeitos das alterações societárias das acionistas, especialmente em termos operacionais. De forma mais relevante os vinculados ao processo de cisão promovido pela então acionista CELG GT, quando transferiu sua participação acionária para a CELGPAR, o que ensejou o aditamento ao contrato de compartilhamento de infraestrutura em Itapaci passando então a conexão em Itapaci ser com a EDP, a qual demandou a antecipação do encerramento do contrato de CPSOM em 2022, quando então a LAZ procedeu à contratação, via processo licitatório, de outra prestadora de serviço, cujos custos integrais foram capturados somente em 2023. Não obstante os efeitos econômicos, as alterações operacionais não alteraram o desempenho dos ativos. A Companhia manteve a disponibilidade da Linha de transmissão (LT), objeto do Contrato de Concessão 03/14, em 100%, desempenho este bem superior à média para LTs em 230kv registrado pelo Operador Nacional do Sistema, que foi da ordem de 99,41%. Já em termos financeiros destacam-se dois fatores no exercício de 2023: i. Redução acentuada de receita (impactada pela metodologia de cálculo das projeções do ativo de contrato, exclusivamente pela redução da inflação, cujo efeito ocorre somente em termos de competência, não tendo repercussão em termos de caixa); e ii. Aumento de custos operacionais em função de adequação de serviços de operação e manutenção vinculados então a preços de mercado. Estes dois fatores inevitavelmente impactaram os resultados da Companhia. Neste sentido, em 2023 houve uma redução do retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) de 14,95% (em 2022) para 3,78%. Já em relação à liquidez corrente, verifica-se uma ligeira elevação, saindo de 3,17 em 2022 para 3,89 em 2023, superior à meta de 3,29. Considerando a relevância das alterações dos últimos anos a LAZ procedeu com a contratação da empresa de consultoria ITACA ADVISORY para revisão do Plano de Negócios, cujo resultado foi levado à Conselho de Administração no ano de 2023 e posterior submissão à Assembleia Geral de Acionistas. Goiânia, 29/02/24. Joicymar Oliveira Lopes Vieira - Diretora Presidente e Administrativo-Financeira; Antonio Dirceu Guimarães Machado - Diretor de Engenharia e Operação.

PERFIL E NEGÓCIO DA LAGO AZUL E GOVERNANÇA: A Lago Azul atua no segmento de transmissão de energia elétrica com o propósito específico de operar e manter as instalações de transmissão implantadas em consonância com o Contrato de Concessão – ANEEL 03/14, cujo objeto contemplou a implantação, operação e manutenção do segundo circuito da Linha de Transmissão de Barro Alto a Itapaci (em 230kV), que possui aproximadamente 69km, respectivas entradas de linha, barramentos e demais instalações vinculadas, a qual iniciou operação comercial em 19/09/16, 2 meses antes do prazo contratual. A Companhia observa a Lei Nº 13.303/16, a qual estabelece, dentre outros, mecanismos de governança específicos para sociedades de economias mistas. A Companhia conta com Conselhos de Administração e Fiscal, Comitê de Elegibilidade via acionistas e Comitê de Auditoria Estatutário, cujas atribuições são desempenhadas pelos Conselheiros de Administração, nos termos do Decreto Nº 9.402/19, art. 10, § 2. Vide a seguir sintetizado a estrutura societária e de governança da companhia:



Em 2023 a LAZ iniciou o processo de implantação de mecanismos para atendimento à Lei Geral de Proteção dos Dados (LGPD), Lei nº 13.709/18 e Decreto Estadual nº 1.000/2023. O Relatório ONS disponível em: <https://sintgre.ons.org.br/sites/2/21/paginas/servicos/historico-de-produtos.aspx?produto=Indicadores%20da%20Opera%C3%A7%C3%A3o#>

dual Nº 10092/22, apoiado pela Grant Thornton Corporate Consultores de Negócios Ltda. **INVESTIMENTOS:** A Lago Azul realizou seus principais investimentos durante a fase de implantação do empreendimento, ou seja, até o ano de 2016. Em 2023 a companhia deu continuidade ao processo de aquisições de sobressalentes, sendo que os principais itens foram licitados e contratados, dentre eles estão torres, cabos, equipamentos e componentes dos sistemas de proteção e telecomunicações. **CENÁRIO ECONÔMICO E SETORIAL:** No âmbito nacional o ano de 2023 ficou marcado pelas ações do novo governo empossado em janeiro deste mesmo ano, que dedicou este seu primeiro ano a negociações políticas com vistas a aprovar medidas por si defendidas, tais como: reforma tributária, arcabouço fiscal, desoneração da folha (questão ainda em pauta), desempate no CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, Taxação de apostas esportivas, tributação sobre aplicações financeiras em fundos especiais de investimentos em offshores, aprovação de salário mínimo com aumento percentual acima da inflação. Algumas das medidas poderão impactar diretamente à LAZ no longo prazo, especialmente a Reforma tributária. Em termos nacionais verificou-se ainda no ano de 2023 reflexos do pedido de recuperação judicial das Lojas Americanas, além de diversas sinalizações de fragilidade do mercado varejista, especialmente no que tange ao mercado de crédito, não somente para os setores envolvidos. No setor elétrico destaque para o pedido de recuperação judicial da Light. Pelo prisma macroeconômico observou-se após um período de resiliência do Conselho Monetário Nacional, a partir de agosto/23 decisões de redução da taxa básica de juros Selic. Houve redução de 1,5%pp na taxa de juros (SELIC), que iniciou o ano em 13,75% aa tendo finalizado o ano em 11,75% aa. Na mesma linha a inflação também teve um arrefecimento, registrando 4,6% de variação no ano de 2023 ante 5,8% em 2022, chegando assim na margem da meta de inflação, vez que a margem estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional é de 1,5 para baixo ou para cima e a meta em 2023 era de 3,25. Tanto a inflação quanto a taxa Selic impactam às operações da LAZ, sendo que a primeira é percebida no reajuste tarifário da Receita Anual Permitida (RAP) e reajustes de contratos de fornecedores e a segunda, na remuneração das aplicações financeiras. Já a taxa de câmbio (Reais/Dólar) no final de 2023 fechou em R\$ 4,84, ante R\$ 5,22 em 2022, representando assim uma redução de 7,21% no ano. O avanço do real sobre a moeda norte americana se deu em grande parte pelo alívio de temores fiscais domésticos e pelo diferencial de juros ainda relevante entre Brasil e Estados Unidos. A variação cambial pode impactar às aquisições de sobressalentes. **DESEMPENHO OPERACIONAL:** A excelência na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica é um dos objetivos estratégicos. Como demonstrado no gráfico abaixo a disponibilidade em 2023 registrada pelo ONS foi de 100%:



Em termos operacionais vale ressaltar que após diversas consultas ao mercado de seguros de riscos operacionais, inclusive licitação sem êxito, a partir de 11/09/23 a companhia passou a contar com contrato de seguro para cobertura de riscos operacionais, através de consórcio formado pela seguradora FARFEX e pela FATOR, com vigência até 11/09/2024. **DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO:** No encerramento do exercício de 2023 o Ativo Total da LAZ é de R\$ 55.797 mil contra um Passivo Exigível (soma do Passivo Circulante e Passivo Não Circulante) da ordem de R\$ 5.740 mil em 2023. A rubrica mais relevante do ativo é o Ativo de Contrato, cuja soma do que consta no circulante e não circulante é da ordem de R\$ 51.565 mil, representando mais de 92% do Ativo Total. Na sequência, a segunda mais relevante em 2023, representando 3,65% é a conta de Caixa e Equivalentes de Caixa (R\$ 2.035 mil). Observa-se uma curva estável em relação aos referidos ativos, já que em 2022 o Ativo de Contrato representou 93,93% do ativo total e Caixa representou 3,68%. Pelo lado do passivo as rubricas mais expressivas referem-se aos Impostos Diferidos e Dividendos a Pagar, os quais representam juntos 82% do passivo exigível de terceiros. Os Impostos Diferidos registrados ao final do exercício de 2023 perfaz R\$ 3.470 mil, representando 60% enquanto os Dividendos a Pagar (R\$ 1.250 milhões) representam 21,78%. Ressalta-se ainda o provisionamento de pagamento de processos fundiários, decorrentes de processos relativos à faixa de servidão da ordem de R\$ 320 mil. Em termos de Patrimônio Líquido observa-se a manutenção do mesmo capital social de 2022, ou seja, R\$ 35,156 milhões, com alterações na reserva legal, que passou de R\$ 1,633 milhões para R\$ 1,726 milhões de 2022 para 2023, e na reserva de retenção de lucros, que passou de R\$ 11,825 milhões para R\$ 13,173 milhões. A Receita Operacional Líquida sofreu uma redução de mais de 45% de 2022 (R\$ 10.091 mil) para 2023 (R\$ 5.488 mil), que decorre da metodologia do cálculo de ativo de contrato, que absorve de forma concentrada a redução da previsão de inflação para os períodos futuros. Contudo, ressalta-se que efetivamente se trata de uma variação em termos de regime de competência, mas em relação ao regime de caixa, não houve redução, mas sutil aumento em razão do reajuste tarifário. O Custo de Operação e Manutenção, R\$ 2.478 mil, representa 45,1% da ROL (Receita Operacional Líquida) e as Despesas Operacionais, R\$ 1.057 mil, representa 19,3% da ROL, ensejando uma margem operacional para a companhia da ordem de 35,6%, o que equivale a R\$ 1.954 mil. Adicionando-se o resultado financeiro, R\$ 156 mil, apura-se Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social de 38,4%, equivalente a R\$ 2.110, e após abatidos os impostos, apura-se margem líquida de R\$ 1.893 mil, representando 34,5% da ROL. Ressalta-se que a companhia continua sem dívida onerosa, com crescimento regular da receita. Síntese do histórico das principais referências financeiras da LAGO AZUL:

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
ROL (R\$ MIL)	2.096	15.853	18.541	9.307	6.905	4.442	5.351	9.241	10.091	5.489
RAP (R\$ MIL)	0	0	639	3.905	4.031	4.176	4.309	4.705	5.257	5.464
EBITDA (R\$ MIL)	-374	245	2.850	3.827	5.447	2.516	3.563	7.400	7.358	1.958
Lucro Líquido (R\$ MIL)	-284	459	2.098	3.934	5.381	2.546	3.459	7.070	7.266	1.893
Margem Líquida (%)	-13,55%	2,90%	11,32%	42,27%	77,93%	57,32%	64,64%	76,51%	72,00%	34,49%
Endividamento (R\$ MIL)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Capital Circulante Líquido - CCL	1.866	-281	6.460	4.421	5.348	4.899	3.230	4.126	5.065	5.628
Liquidez Corrente - LC	40,49	0,94	5,44	1,9	2,37	1,98	1,71	2,43	3,17	3,89

continuação ►			LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A. - CNPJ: 19.698.987/0001-98 - CAPITAL FECHADO		Demonstração das mutações do patrimônio líquido		Períodos findos em 31/12/23 e 2022		
Balanco patrimonial Em 31/12/23 e 2022							(Valores expresso em milhares de reais)		
(Valores expresso em milhares de reais)									
No-tas									
31/12/23			31/12/22						
ATIVO					Capital social		Reservas de Lucros		
CIRCULANTE					Legal		Retenção de lucros		
					Lucros/Prejuízos acumulados		Total		
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.035	2.011	Saldos em 31/12/21 (Reapresentado)	35.156	1.270	6.648	-	
Concessionárias e permissionárias	5	629	710	Lucro líquido do exercício	-	-	-	7.266	
Impostos a recuperar	6	276	276	Constituição da reserva legal	-	363	-	(363)	
Ativo de contrato	7	4.473	4.326	Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(1.726)	
Outros ativos circulantes		165	75	Reserva de retenção de lucro	-	-	5.177	(5.177)	
Total do ativo circulante		7.578	7.398	Saldos em 31/12/22	35.156	1.633	11.825	-	
NÃO CIRCULANTE									
Ativo de contrato	7	47.092	47.081	Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.893	
Imobilizado líquido		10	185	Constituição da reserva legal	-	95	-	(95)	
Intangível		63	63	Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(450)	
Outros	8	1.054	-	Reserva de retenção de lucro	-	-	1.348	(1.348)	
Total do ativo não circulante		48.219	47.329	Saldos em 31/12/23	35.156	1.728	13.173	-	
TOTAL DO ATIVO		55.797	54.727	Demonstração dos resultados abrangentes		Demonstração dos valores adicionados		Períodos findos em 30/06/23 e 2022	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
CIRCULANTE									
Fornecedores	9	174	80	Lucro líquido do período	1.893	7.266	Receita	31/12/23	
Salários e encargos		128	160	Outros resultados abrangentes	-	-	Receitas relativas à operação e manutenção	31/12/22	
Obrigações fiscais		223	158	Total dos resultados abrangentes do período	1.893	7.266	Receitas relativas à remuneração do ativo de contrato	717	
Dividendos a pagar	11.c	1.250	1.801	Demonstração dos fluxos de caixa		Períodos findos em 30/06/23 e 2022		5.058	
Encargos setoriais		164	132					9.395	
Outros passivos circulantes		11	2					(4)	
Total do passivo circulante		1.950	2.333					(10)	
NÃO CIRCULANTE									
Impostos diferidos	10/	3.470	3.460	Fluxo de caixa das atividades operacionais	1.893	7.266	Insuficiências adquiridas de terceiros	(2.374)	
Provisão para litígios	16	320	320	(Prejuízo)/Lucro do período	1.893	7.266	Materiais, serviços de terceiros e outros	(1.375)	
Total do passivo não circulante		3.790	3.780	Ajuste de itens que não causaram impacto no caixa			Depreciação / Amortização	(4)	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							Valor adicionado líquido produzido pela entidade		
Capital social		35.156	35.156	Rendimentos do ativo de contrato	(5.058)	(9.395)	Depreciação	(4)	
Reserva legal		1.728	1.633	Tributos Diferidos	10	364	Provisão de créditos de liquidação duvidosa	(4)	
Reserva de retenção de lucros		13.173	11.825	Provisão para litígios	-	320	Insuficiências adquiridas de terceiros	(2.374)	
Total do patrimônio líquido		50.057	48.614	Depreciação	4	5	Depreciação / Amortização	(4)	
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							Valor adicionado líquido produzido pela entidade		
		55.797	54.727	Aumento (redução) nos ativos e passivos operacionais			Receita financeira	185	
							Valor adicionado recebido em transferência		
							Valor adicionado total a distribuir		
							Distribuição do valor adicionado		
							Pessoal		
							Remuneração direta		
							Benefícios		
							FGTS		
							Impostos, taxas e contribuições		
							Federais		
							Estaduais		
							Encargos Setoriais		
							Outras taxas e contribuições		
							Remuneração de capitais de terceiros		
							Arrendamentos e aluguéis		
							Juros		
							Provisão para contingência		
							Outros		
							Remuneração de capitais próprios		
							Lucro do período		
							TOTAL		
							1.893		
							7.266		
							3.578		
							9.471		

Notas Explicativas às demonstrações financeiras Em 31/12/23
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)

1 Contexto operacional: A Lago Azul Transmissão S.A. (Companhia), sociedade de economia mista, capital fechado, foi constituída em 09/12/13 e está estabelecida na Rua 104, nº 454, Condomínio Comercial Edifício Jorge Félix Najjar, sala nº 3, mezanino, Setor Sul, Goiânia (GO), CEP: 74.083-300. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação e exploração de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em conjunto com o Poder Concedente representado pelo Ministério de Minas e Energia (MME). **1.1 Da concessão:** A Companhia foi constituída a partir do Consórcio Lago Azul, vencedor do Lote D do Leilão de Transmissão nº 07/13, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 14/11/13. O Lote D é composto pela seguinte instalação, no Estado de Goiás: - LT 230 kV Barro Alto - Itapaci, C2 (69 km). As instalações de transmissão são compostas pela: - Linha de Transmissão Barro Alto - Itapaci, em 230 kV, circuito simples, segundo circuito, com extensão aproximada de 69 km, com origem na Subestação Barro Alto e término na Subestação Itapaci. - Com entradas de linhas, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. Em 19/09/16, a Companhia entrou em operação passando a receber a RAP integralmente. A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$ 3.050, valor histórico, a qual será corrigida anualmente, com base na variação do IPCA no mês 07 de cada ano passando por revisão tarifária a cada cinco anos, nos termos do contrato de concessão. A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo de 07/23 a 06/2024, é de R\$ 5.464, conforme Resolução Homologatória nº 3.216, de 4/07/23. **2 Base de elaboração das demonstrações financeiras: 2.1 Declaração de conformidade:** Estas demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e apresentadas de acordo com a IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e o CPC 21 - *Demonstração Intermediária* (práticas contábeis adotadas no Brasil). As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras da Companhia apresentam informações comparativas ao período anterior e foram autorizadas pela Administração em 09/02/24. **a) Moeda funcional:** As de-

monstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **3 POLÍTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS CRÍTICAS:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras: **3.1 Receita operacional:** Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - *Receita de Contrato com Cliente*, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: Receita de infraestrutura: Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorrido. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de

continuação ► LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A. - CNPJ: 19.698.987/0001-98 - CAPITAL FECHADO

construção (e de operação) e definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente. Receita de remuneração ativo de concessão: Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de remuneração incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. Receita de operação e manutenção: Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. A Companhia observou as orientações do Ofício-Circular nº 04, divulgado pela CVM, na elaboração destas Demonstrações Financeiras, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção, com a adoção das seguintes políticas contábeis: • Atribuição de margens de construção e de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. A taxa interna de retorno utilizada para viabilidade do projeto de transmissão foi de 10,29% a.a. • A remuneração do ativo contratual é estabelecida no início de cada projeto, em conjunto com a alocação das margens de construção e de operação. A taxa que remunera o ativo de contrato foi 10,27%a.a. **3.2 Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31/12/23, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo. A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(i) Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Em 31/12/23, a Companhia apresentou instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado. **Custo amortizado:** São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por **impairment**. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o **impairment** são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31/12/23, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: "Depósitos bancários a vista" e "Concessionárias e permissionárias". **Valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. Em 31/12/23, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: "Aplicações financeiras". **(ii) Passivos financeiros:** Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. Em 31/12/23, passivos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado compreendiam "Fornecedores". **3.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem aos valores mantidos em caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. **3.4 Concessionárias e permissionárias:** Correspondem aos recebíveis do contrato de concessão de serviços, compreendendo os valores decorrentes de Instalações de Transmissão de Rede Básica (RBL). **3.5 Ativo contratual:** A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º/01/18, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. **Principais características dos contratos de concessão: RAP** - A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor - IPCA. **Faturamento da receita de operação, manutenção e construção** - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente. **Parcela variável** - A receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. **Extinção da concessão e reversão de bens vinculados** - O advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, sendo procedidos os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 846 de 11/06/19, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração. **3.6 Impostos e contribuições:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as seguintes premissas: (i) Imposto de renda - base de cálculo de 8% da receita, alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% sobre a base tributável excedente de R\$ 240; e (ii) Contribuição social - base de cálculo de 12% da receita e alíquota da contribuição social de 9%. Quando aplicável, os impostos sobre a renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. **3.7 Redução ao valor recuperável de ativos:** A cada período de reporte, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. A Companhia não identificou perdas por redução ao valor recuperável de ativos a ser reconhecidas nos exercícios apresentados. **3.8 Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). **3.9 Normas e interpretações ainda não efetivas: i) Novas normas aplicadas a partir de 01/01/2023:** No No exercício corrente, a Companhia adotou as alterações e novas interpretações às IFRS e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º/01/23.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 50/ IFRS 17	Contratos de Seguros Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/23
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/23
Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 – Making Material Judgments	Definição de estimativas contábeis	01/01/23
Alterações ao CPC 23/ IAS 8	Adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia ou sobre as divulgações nestas demonstrações financeiras.	

ii) Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/24
Alterações ao CPC 06/ IFRS 16 back	Contabilização de <i>lease</i>	01/01/24
Alterações ao CPC 40/ IAS 7 / Divulgação de informações sobre acordos financeiros IFRS 7	Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.	

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 31/12/23 31/12/22

Caixa e bancos conta movimento	133	389
Aplicação Financeira CEF – CDB Flex Empresarial	551	-
Aplicações financeiras – RF CP Empresa Ágil	1.351	1.622
Total	2.035	2.011

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Em 31/12/23, a aplicação financeira referente à RF CP Empresa Ágil teve sua rentabilidade nos últimos 12 meses, à taxa de 12,29% e o CDB Flex Empresarial de 4,06% de Rendimento líquido acumulado. Essas aplicações estão classificadas como disponíveis para negociação e refletem nas datas do balanço, o valor de mercado.

5 CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS 31/12/23 31/12/22

A vencer		
Concessionárias e permissionárias	470	439
Vencido		
Concessionárias e permissionárias	172	281
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(13)	(10)
	629	710

A Companhia efetuou revisão dos faturamentos atrasados, considerando as possibilidades de recebimento em função da situação do cliente, tempo de atraso e



LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A. - CNPJ: 19.698.987/0001-98 - CAPITAL FECHADO			
característica da inadimplência, com base neste estudo efetuou a provisão para créditos e liquidação duvidosa. Em função das tratativas judiciais (NE 17.2), consta a receber da CCEE referentes a TUSTs complementares o total de R\$ 142,7 mil, dos quais, R\$ 113 mil deveriam ser recebidos em 2023 e não foram em razão da negativa da Receita Federal quanto ao atendimento da Liminar para liberação da Certidão Positiva com efeito de Negativa dos tributos federais. 6 IMPOSTOS A RECUPERAR: Em 31/12/23, o valor de R\$ 276 (R\$ 276, em 31/12/22), classificado como imposto a recuperar, é referente ao imposto de renda retido na fonte quando do resgate do resgate de aplicações financeiras, e aos tributos retidos sobre faturamentos. 7 ATIVOS DE CONTRATO: As principais premissas para mensuração seguem abaixo sumarizados: - Receita RAP estipulada no contrato de concessão e atualizada anualmente, disposta por resolução homologatória emitida pela ANEEL; - Curva de investimento guarda relação com previsto no contrato de concessão e taxa de depreciação também em conformidade com o contrato de concessão; - Taxa de retorno implícita do contrato obtida após a precificação das margens pelo fluxo de RAP esperado no momento da renovação ou celebração contratual em comparação ao fluxo de investimento esperado ou realizado (10,27%); - Identificação das margens: As margens identificadas refletem a estratégia definida pela Companhia para o contrato de concessão, e varia em função de vários fatores de negócio levantados à época. Todavia, independente das margens, os custos são auferidos diretamente no resultado sem constituição de ativo. - Parcela variável como critério de risco utilizando o previsto no Plano de Negócio; - Receitas anuais permitidas conforme previsão do contrato de concessão; A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à Receita Anual Permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são apurados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos, cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo poder concedente. A movimentação destes ativos, no período findo em 31/12/23, é como segue:			
Saldo em 31/12/21 (reapresentado) 46.006			
Atualização monetária	4.739		
Amortização do ativo contratual	(3.994)		
Ganho	4.656		
Saldo em 31/12/22 51.407			
Atualização monetária	5.058		
Amortização do ativo contratual	(4.298)		
Perda	(602)		
Saldo em 31/12/23 51.565			
Ativo Circulante	4.473		
Ativo Não Circulante	47.092		
8 Outros ativos não circulantes: Como medida de gestão, para reposição imediata em eventual sinistro, a companhia, considerando a liberalidade estabelecida na cláusula terceira do contrato de concessão, adotou a medida de manter em seu ativo materiais e equipamentos disponíveis.			
Ativos sobressalentes em depósito	31/12/23	31/12/22	
	1.054	-	
	1.054	-	
9 Fornecedores			
Furnas Centrais Elétricas S.A.	41	39	
EDP Goiás	37	37	
RBA Loyalty Contadores Associados	3	3	
Fornecedores diversos	93	1	
	174	80	
10 Impostos diferidos			
IRPJ	1.031	1.028	
CSLL	557	555	
PIS	335	334	
COFINS	1.547	1.543	
	3.470	3.460	
A base de cálculo dos tributos diferidos e os efeitos contabilizados no resultado da Companhia, estão demonstrados de forma complementar na NE nº 15.a.			
11 Patrimônio líquido: (a) Capital social: Em 31/12/23, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$35.156 (trinta e cinco milhões, cento e cinquenta e seis mil reais), dividido em 35.156.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, sem valor nominal. O capital social subscrito da Companhia está composto da seguinte forma:			
	31/12/23		
	R\$	Participação	
Companhia Celg de Participações S.A.	17.613	50,10%	
Furnas Centrais Elétricas S.A.	17.543	49,90%	
Total	35.156	100,00%	
(b) Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações. (c) Dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório não inferior a 25% do saldo remanescente após o cálculo da reserva legal, e das reservas de contingência e reserva de lucros a realizar, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos mínimos obrigatórios são deliberados anualmente em Assembleia Geral Ordinária (AGO). O saldo de 31/12/23 contempla o saldo residual de R\$ 800 mil mais o dividendo mínimo obrigatório do exercício da ordem de R\$ 450 mil, totalizando R\$ 1.250 (R\$ 1.801 em 31/12/22).			
	31/12/23		
Lucro líquido do exercício	1.893		
Reserva legal (5%)	(95)		
Lucro líquido ajustado	1.798		
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	450		
A movimentação dos dividendos está demonstrada a seguir:			
Saldo em 31/12/22	1.800		
Dividendos pagos	(1.000)		
Dividendos mínimos obrigatório 2023	450		
Saldo em 31/12/23	1.250		
12 Receita operacional líquida:			
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	31/12/23	31/12/22	
Rendimentos sobre ativo de contrato	5.058	9.395	
Receita de O&M	718	1.154	
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA			
Pis	15.b	(38)	(68)
Cofins	15.b	(173)	(317)
Encargos regulatórios		(76)	(73)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA			
		5.489	10.091
13 Custos operacionais			
Custos operacionais	31/12/23	31/12/22	
Pessoal	(318)	(179)	
Serviços de terceiros	(624)	(614)	
Aluguéis	(4)	(1)	
Doações, Contribuições e Subvenções	(9)	(7)	
Provisão para Devedores Duvidosos	-	(10)	
Tributos	(13)	(7)	
Outros	(67)	(4)	
	(1.035)	(822)	
Custos de O&M	(1.443)	(620)	
TOTAL	(2.478)	(1.442)	
	31/12/23	31/12/22	
14 Resultado financeiro	185	312	
RECEITAS FINANCEIRAS	185	312	
Receitas de aplicações financeiras	(29)	(17)	
DESPESAS FINANCEIRAS	(29)	(17)	
Juros e multas	-	(1)	
Outras Despesas Financeiras	(29)	(16)	
Resultado financeiro	156	295	
15 Impostos e contribuições: a. Tributos diferidos: Os tributos diferidos passivos, cuja base de cálculo é presumida em 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social, foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia, e as variações dos tributos diferidos passivos são as seguintes:			
	31/12/23		
Natureza dos créditos	Base de cálculo	Impostos diferidos	Baixas diferidos
PIS diferido	51.565	29	(28)
COFINS diferido	51.565	134	(129)
IRPJ diferido	51.565	89	(86)
CSLL diferido	51.565	48	(46)
Total	300	(289)	11
			3.470
			3.460
b. PIS e COFINS - Deduções da receita			
	31/12/23	31/12/22	
Receita Anual Permitida (RAP)	5.617	5.092	
Alíquota de PIS e COFINS	3,65%	3,65%	
Valores de PIS e COFINS	(205)	(186)	
Imposto corrente no resultado	(205)	(186)	
Receita de remuneração e ganhos por efeitos da RTA/RTP	4.457	9.395	
Base de cálculo do imposto diferido	4.457	9.395	
Alíquota de PIS e COFINS	3,65%	3,65%	
Imposto diferido no resultado	(163)	(343)	
Baixa de PIS e COFINS diferidos	157	143	
PIS e COFINS diferido	(6)	(190)	
PIS e COFINS dedução da receita	(211)	(386)	
c. Imposto de renda e contribuição social			
	31/12/23	31/12/22	
Receita Anual Permitida (RAP)	5.617	5.092	
Percentual de presunção	8%	12%	8%
(=) Lucro presumido	449	674	611
Receitas financeiras	185	185	312
	634	859	719
			923
Base de cálculo	15%	9%	15%
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	(95)	(77)	(108)
Valores do IRPJ e da CSLL	(39)	-	(48)
Adicional de 10% - IRPJ			13
Outras Diferenças			11
Imposto corrente no resultado	(134)	(77)	(143)
Receita de remuneração e ganhos por efeitos da RTA/RTP	4.457	4.457	9.395
Base de cálculo do imposto diferido	4.457	4.457	9.395
Percentual de presunção	8%	12%	8%
Base presumida	357	535	752
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	25%	9%	25%
IRPJ/CSLL diferidos	(89)	(48)	(188)
Baixa de IRPJ/CSLL diferidos	86	45	80
Imposto diferido no resultado	(3)	(3)	(58)
Total IRPJ/CSLL no resultado	(137)	(80)	(251)
16 Provisões para processos judiciais e passivos contingentes: a) Provisão para processos judiciais: A Companhia, em 31/12/23 e 2022, não é parte envolvida em processos na esfera administrativa ou judicial, que o risco estimado de perda seja classificado como provável, além dos processos que envolvem ações fundiárias, cujo valor estimado a pagar é de R\$ 320. b) Passivos contingentes: Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes classificados como de risco possível são apresentados a seguir:			
	31/12/23	31/12/22	
Processos fiscais	1.500	1.500	
Alíquotas de presunção de IRPJ e CSLL	257	257	
Créditos tributários	1.757	1.757	
16.1 Diferença de alíquotas de Presunção para fins de IRPJ e CSLL: Em 2021 a Companhia recebeu Termo de Intimação Fiscal, emitido pela Receita Federal do Brasil - RFB, tratando dos percentuais de presunção de 8% para o IRPJ e de 12% para a CSLL, nos exercícios de 2017, 2018 e 2019 e efeitos sobre mudança de regime tributário. Após procedimento de fiscalização a Receita Federal emitiu Auto de Infração Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica, sob o número 17095-720.260/22-18, datado de 24/02/22. A LAZ ingressou com Impugnação do Lançamento em 25/03/22 contestando as duas infrações então citadas: i. aplicação indevida de percentual de determinação do Lucro Presumido; e ii. Receitas decorrentes da mudança de regime (valores cuja tributação foi diferida). A impugnação foi aceita e juntada ao processo, porém não houve julgamento de mérito. 16.2 Processo de compensação de créditos tributários - PERDCOMPs: A Companhia ingressou com processos relativos à compensações de créditos tributários por meio de diversas PER/DCOMPs, de créditos recolhidos nos exercícios de 2015 e 2016, contudo, para alguns foram emitidos Despachos Decisórios indeferindo a compensação. A LAZ ingressou com recurso quanto ao Despacho Decisório alegando ter procedido com as devidas retificações da ECF em 30/08/21. Não tendo sido consideradas as retificações e deferidas as PRDCOMPs a LAZ ingressou com Ação Anulatória de Débito Fiscal C/C Pedido Liminar, cujo processo foi registrado			

continuação ► LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A. - CNPJ: 19.698.987/0001-98 - CAPITAL FECHADO

sob o número 1028496-70.2022.4.01.3400, junto à 21ª Vara Federal Cível da SJDF, com vistas à avaliação do mérito da compensação de crédito da LAZ, requerendo o reconhecimento dos créditos fiscais e anulação de débito fiscal, bem como pedido de liminar para fins de liberação de Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, cuja liminar concedida mediante juntada de apólice de seguro garantia judicial e o mérito ainda não foi julgado. Nota-se que em 2023 a Receita Federal voltou a questionar PRDComps já cobertas pelo Seguro Garantia aportado e, não obstante a comprovação a Receita Federal não atendeu à liminar, liberando a emissão de Certidão Positiva com efeito de Negativa para os tributos federais. **17 Instrumentos financeiros:**

17.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

	31/12/23		31/12/22	
	Custo amortizado	A valor justo por meio do resultado	Total	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	133	1.902	2.035	2.011
Concessionárias e permissionárias	629	-	629	710
Impostos a recuperar	276	-	276	276
	1.038	1.902	2.940	2.997

O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável. Os principais passivos financeiros da Companhia, em 31/12/23, são mensurados ao custo amortizado, conforme demonstrado a seguir:

Passivos financeiros

	31/12/23	31/12/22
Fornecedores	174	80
Salários e encargos	128	160
Obrigações fiscais	223	158
Outros passivos circulantes	175	135
	700	533

Classificações contábeis e valores justos: Em 31/12/23 e 31/12/22, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil. No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos: • Caixa equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas - contas correntes conforme posição dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras. • Concessionárias e permissionárias - A Administração considera que os saldos contábeis aproximam-se dos seus valores justos. • Fornecedores e Outros Passivos - A Administração considera que os saldos contábeis aproximam-se dos seus valores justos.

Hierarquia do valor justo: • Nível 1 - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços). • Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Todos os instrumentos financeiros registrados e classificados pela Companhia a valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2. Não houve instrumentos financeiros alocados aos Níveis 1 e 3, nem ocorreram transferências de níveis no período observado. **Gerenciamento do capital:** A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do setor e do mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora tanto condições de liquidez corrente quanto retorno sobre capital, considerando então o resultado líquido sobre o patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários.

17.2 Gestão de risco: As operações financeiras da Companhia são realizadas priorizando estratégias conservadoras, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas, em consonância com o rigor requerido às empresas públicas. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: **(a) Riscos de mercado:** A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo

ou quaisquer outros ativos de riscos. **(b) Riscos ambientais:** As instalações da Lago Azul, constituídas pela linha de transmissão e pelos módulos de entrada de linha nas subestações terminais, não dispo de equipamentos de transformação ou compensação, encontra-se em fase de operação comercial. Por essa razão e pelas suas características os níveis de impacto ao meio ambiente são muito baixos, levando a que o potencial para passivos contingentes/obrigações referentes a custos ambientais e de limpeza/despoluição seja praticamente nulo. De qualquer forma a companhia conta com serviços de empresa especializada para o devido monitoramento e atendimento às obrigações de natureza ambiental. **(c) Riscos Operacionais:** Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. (i) Risco técnico - A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, eventos decorrentes de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, a Companhia pode ter seu caixa impactado pelos custos necessários para o restabelecimento das instalações às condições de operação, além de possível desconto da Parcela Variável de Indisponibilidade (PVI), decorrente de eventuais indisponibilidades das Linhas de Transmissão. (ii) Riscos regulatórios - A Companhia está sujeita a extensa e complexa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL e Ministério do Meio Ambiente. (iii) Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura - Caso a Companhia, por determinação regulatória, necessite expandir os seus negócios com a construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Ainda assim, qualquer novo investimento aprovado pelo Poder Concedente será remunerado por incremento da RAP. **18 Partes relacionadas:** De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 5 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação. As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, observando-se preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia. Conforme os conceitos definidos no referido pronunciamento, a Companhia possui como partes relacionadas: as acionistas e o pessoal-chave da administração. **Operações comerciais**

Partes relacionadas Natureza da operação 31/12/23 31/12/22

Ativo				
Furnas Centrais Elétricas	Contas a receber de faturamento	9	9	
		9	9	
Passivo				
Furnas Centrais Elétricas	O&M	(32)	(30)	
Furnas Centrais Elétricas	CCI	(9)	(9)	
		(41)	(39)	
Resultado				
Receita				
Furnas Centrais Elétricas	Receita de faturamento	108	106	
		108	106	
Custo/despesa				
Furnas Centrais Elétricas	O&M	(392)	(357)	
Furnas Centrais Elétricas	CCI	(104)	(89)	
		(496)	(446)	

Remuneração do pessoal-chave da administração: O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros de administração e fiscal, além dos diretores. O valor da remuneração anual global dos entes foi aprovado durante a 60ª RCA, realizadas em 14/04/23.

	31/12/23	31/12/22
Remuneração dos Diretores e Conselheiros	107	99
	107	99

19 Seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O resumo das apólices vigentes em 31/12/23 é como segue:

MAPA DE SEGUROS CONTRATADOS PELA LAZ

VIGÊNCIA		TIPO	APÓLICE	SEGURADORA	COBERTURA (mil R\$)
INÍCIO	FIM				
11/09/23	11/09/24	RISCO OPERACIONAL	046692023100101180002340	FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S.A.	5.911
29/08/23	29/08/24	D&O	1001000000225	KOVR SEGURADORA S.A.	2.000

20 Eventos subsequentes: A Companhia efetuou uma avaliação de toda a sua operação e influências até a data de emissão das demonstrações financeiras e não identificou nenhum evento subsequente a ser apresentado.

DIRETORIA EXECUTIVA: Antonio Dirceu Guimarães Machado - Diretor de Engenharia e Operação - CPF: 271.620.956-15; Joicymar Oliveira Lopes Vieira - Diretor-Presidente e Diretora Administrativa-Financeira - CPF: 011.812.496-00.

RESPONSÁVEL TÉCNICO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: Credibile Soluções Contábeis e Emp. SS Ltda. - CRC/GO 001605/O - Edson Júnior da Silva - Contador Responsável - GO-021788/O-7

Parecer do Conselho Fiscal sobre as Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em 31/12/23: Os membros do Conselho Fiscal da Lago Azul Transmissão S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras e do Relatório Anual da Administração referentes ao exercício social findo em 31/12/23, e, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes da Taticca Auditores Independentes S.S., concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinaram favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. Goiânia, 20/03/24. Georgia Gurgel Grosses Araújo - Conselheira Fiscal; Cleiton Silva Ferreira - Conselheiro Fiscal; Fernando Barreto Rezende de Oliveira - Presidente e Conselheiro Fiscal

Relatório do auditor independente sobre a revisão das demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Administradores da LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A. - Goiânia - GO: **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Lago Azul Transmissão S.A. ("LAZ" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/23 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lago Azul Transmissão S.A. em 31/12/23, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Contingência - alíquotas de presunção:** Chamamos atenção para a nota explicativa nº 16.1 das demonstrações financeiras, que apresenta, conforme facultado pela legislação tributária, que a Companhia optou pela tributação no lucro presumido. Sendo assim, o imposto de renda e da contribuição social, foram calculados por meio da aplicação do percentual sobre o faturamento líquido efetivamente recebido ajustado pelo fator de presunção de 8% e 12% respectivamente para imposto de renda e contribuição social somados com as receitas financeiras. Os percentuais de presunção estão em consonância com o disposto no item 44 da Nota Técnica nº 75/SRE/ANEEL e acompanham os critérios adotados por inúmeras empresas do ramo de transmissão. Porém, há discussão quanto a aplicação dessa prática, pois de acordo com a Lei 9.249/1995, artigo 15, para prestação de serviços de construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento de infraestrutura vinculados a contrato de concessão de serviço público, a alíquota de presunção seria de 32% para o cômputo dos referidos impostos. De tal forma, a Receita Federal do Brasil emitiu Auto de Infração datado de 24/02/22, após

continuação ► LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A. - CNPJ: 19.698.987/0001-98 - CAPITAL FECHADO

ter efetuado procedimento de fiscalização entre 31/03/21 e 23/02/22. A LAZ ingressou com impugnação do lançamento contestando as duas infrações então citadas: i. aplicação indevida de percentual de determinação do Lucro Presumido; e ii. Receitas decorrentes da mudança de regime (valores cuja tributação foi diferida). A impugnação foi aceita e juntada ao processo. Os valores constantes das infrações não se encontram provisionados nas referidas demonstrações financeiras. Nossa conclusão sobre as demonstrações financeiras não contém modificações relacionada a esse assunto. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31/12/23, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Valores correspondentes ao exercício anterior:** As demonstrações financeiras incluem valores correspondentes ao exercício findo em 31/12/22, apresentados para fins de comparação. Esses valores foram auditados por outros auditores independentes que emitiram seu relatório de auditoria em 27/03/23, sem ressalvas. **Responsabilidades da Diretoria e do Conselho de Administração pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pelo Conselho de Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 09/02/24. TATICCA AUDITORES INDEPENDENTES S.S. - CRC/SP-032267/O-1;
Fernando Machado dos Santos - Sócio - Contador CRC/SC-043302/O

Protocolo 452749

UniRV - Universidade de Rio Verde
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico n. 015/2024 - Tipo: Menor Preço
ID COMPRAS.GOV: 90.015/2024
Processo licitatório n. 031/2024
(EDITAL RETIFICADO)

A UniRV -Universidade de Rio Verde, Estado de Goiás, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no **dia 25 de abril de 2024, às 08h30min**, Licitação Pública, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, em sessão pública, tendo por objeto: **Contratação de empresa para prestação de serviço de gerenciamento eletrônico e controle de abastecimento de combustíveis através de rede de postos de abastecimento conveniados, por meio da utilização de cartões, com metodologia de cadastramento, controle e logística, em caráter contínuo e ininterrupto, com menor taxa de administração, para o atendimento da frota de veículos e equipamentos Universidade de Rio Verde - UniRV**, conforme especificações do Edital. A licitação será realizada no site <https://www.gov.br/compras>. Os interessados obterão o Edital e maiores informações pelo site: https://acessoainformacao.unirv.edu.br/cidadao/informacao/licitacoes_cnt; ou no Departamento de Contratações situado na Fazenda Fontes do Saber, Campus Universitário, Prédio Administrativo, fone (64) 3611-2200, ramal 3021, em horário de expediente: 07h00min às 11h00min ou 13h00min às 17h00min.

Rio Verde/GO, 11 de abril de 2024.
Kamilla Prado Souza
Agende de Contratação

Protocolo 452849

DIÁRIO OFICIAL
DO ESTADO DE GOIÁS
Transparência e Legitimidade

CONTATOS E ANÚNCIOS

 diariooficial@goias.gov.br

 62 99218-9816

 62 3201-7639

 62 3201-7663

imprensa OFICIAL

ABC
Agência Brasil
Central

GOIÁS
GOVERNADOR DO ESTADO QUE DÁ CERTO